



Physis - Revista de Saúde Coletiva
ISSN: 0103-7331
publicacoes@ims.uerj.br
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro
Brasil

CAMARGO JR., KENNETH ROCHEL DE
Saúde Coletiva: perspectivas filosóficas
Physis - Revista de Saúde Coletiva, vol. 17, núm. 3, septiembre-diciembre, 2007, pp. 425-427
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400838214001>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

EDITORIAL

Saúde Coletiva: perspectivas filosóficas

Um dos traços estruturais da Saúde Coletiva tal como se desenvolveu no Brasil é a incorporação de uma perspectiva crítica e reflexiva, em estreito diálogo com a Filosofia, entre outras disciplinas das ciências sociais e humanas (BIRMAN, 2005; NUNES, 2005). Este traço se articula com o duplo projeto, político e científico, de reformulação da atenção à saúde do país, em paralelo à permanente investigação sobre o que se expressa pelo termo “saúde”. Os precedentes históricos dessa conexão são muitos, e com uma longa história. Um signo-exemplo dessa junção é a ilustração da capa desta edição, que traz a imagem de Aristóteles impressa no *De humani corporis fabrica*, de Vesálio (imagem de domínio público obtida de uma mostra *online* da National Library of Medicine dos Estados Unidos [NLM, 2002]).

O tema desta edição de *Physis* traz três artigos onde a reflexão filosófica de temas e autores caros a essa tradição crítica se afirma, sempre atual. No primeiro deles, Nogueira procura articular a *physis* aristotélica em termos heideggerianos, trazendo uma análise crítica da própria produção desse autor, buscando explicitar as contradições internas em sua obra tardia, rearticulando concepções sobre saúde e doença em termos da filosofia do *Dasein*.

Puttini e Pereira Junior, por sua vez, debruçam-se sobre um autor caro à Saúde Coletiva no Brasil, Georges Canguilhem, questionando a visão convencional que atribuíra a esse autor o rótulo de “vitalista”. Para Puttini e Pereira Junior, amparados numa leitura contemporânea que busca em Debrun a discussão conceitual sobre auto-organização, a crítica fundamental de Canguilhem é à visão mecanicista da vida; criticar esta, contudo, não coloca aquele autor imediatamente no campo do vitalismo. A contribuição fundamental de Canguilhem, o conceito de normatividade, é vista pelos autores justamente como uma estratégia de superação da antinomia vitalismo/meccanicismo. Parece razoável pensar, seguindo o convite desses autores, que só com o desenvolvimento posterior das próprias ciências biológicas (lembrando que a versão original de *O normal e o patológico* data do início da década de 1940), e a introdução dos conceitos de complexidade e auto-organização, foi possível apreciar em toda sua amplitude as implicações da *démarche* canguilhemiana.

No último artigo do tema, Tesser analisa as relações entre o que denomina de “verdades” e a ética da terapêutica, propondo que a ênfase nas primeiras leva à desresponsabilização dos atores sobre a última.

Nos temas livres, Pestana, Vargas e Cunha apresentam um estudo de caso sobre a atuação do conselho gestor de uma unidade básica de saúde da família, mostrando as limitações da atuação do mesmo que impedem a efetiva implementação da participação popular na gestão das atividades do serviço de saúde.

Na sequência, Guedes e Dinis apresentam e discutem o caso de discriminação contra uma atleta brasileira por conta da detecção de marcadores genéticos para a falcemia, alertando para as implicações da difusão de testes genéticos rotineiros e enfatizando os aspectos éticos envolvidos.

Segue-se o artigo, de Silianski e Reis, que discutem a dimensão da renúncia fiscal produzida pelas deduções no imposto de renda sobre pessoas físicas dos gastos com atenção à saúde, discorrendo sobre as implicações desta para a política de saúde.

Encerrando a seção, Almeida apresenta, em interessante artigo, a conexão entre o desenvolvimento da biologia no século XX com interesses bélicos, classicamente analisados apenas em relação à física.

Na seção de resenhas, Rangel apresenta *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*, de Emily Martin, e Nunes traz *O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação*, de Márcia Arán.

Encerrando este editorial, é necessário fazer dois registros. Primeiramente, esta edição é o primeiro “número três” da história de *Physis*, marcando a expansão que já anunciávamos desde o início deste ano.

Em segundo lugar, ao final desta edição temos um agradecimento nominal a todos os pareceristas que colaboraram com *Physis* nos últimos anos, relação compilada pela nossa incansável produtora executiva, Ana Silvia Gesteira. Pretendemos tornar esta uma seção fixa da última edição de cada ano daqui em diante. Trata-se de um reconhecimento mínimo do trabalho silencioso, porém essencial, da comunidade acadêmica da Saúde Coletiva, sem o qual não só a *Physis* mas todos os periódicos científicos deixariam de existir.

A vocês, nosso muito obrigado.

KENNETH ROCHEL DE CAMARGO JR.

Referências

BIRMAN, J. A *Physis* da Saúde Coletiva *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, v. 15 (supl.), p. 11-16, 2005.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. *Greek medicine*, 2002. Disponível em: <http://www.nlm.nih.gov/hmd/greek/>. Acessado em: 3 nov. 2007.

NUNES, E. Pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 13-38, 2005.